

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e  
I 4ª Conferência Internacional de História de Empresas**

**Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019**



**ENTRE MODERNIZAÇÃO E OBSOLESCÊNCIA:  
A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE (1927-1969)**

**Alcides Goularti Filho**

## ENTRE MODERNIZAÇÃO E OBSOLESCÊNCIA: A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE (1927-1969)

Alcides Goularti Filho<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo deste artigo é descrever e analisar a trajetória da Companhia Telefônica Catarinense (CTC) entre 1927 e 1969, que compreende o período desde a sua constituição até a estatização. O foco central do artigo é demonstrar na sua trajetória o dualismo entre modernização e obsolescência, que abrangem a expansão das linhas em diversas cidades catarinenses, a disponibilidade de novas centrais telefônicas (automáticas e manuais) e a oferta de novos aparelhos para comunidade em geral. Podemos identificar quatro momentos específicos na história econômica da CTC: a) modernização extensiva e contínua (1927-1943); b) obsolescência forçada e temporária (1943-1947); c) modernização intensiva e limitada (1947-1961); e, d) obsolescência irreversível e insolvência financeira (1961-1969). Outros temas introdutórios abordados no artigo são a modernização e estatização das comunicações e um breve relato das comunicações em Santa Catarina. Para analisar o movimento geral da CTC na formação do território catarinense foram utilizadas as seguintes categorias: camadas geoeconômicas, sistema regional de economia e adensamento do Estado no território. Por fim, o artigo traz breves considerações finais que aponta os conflitos de interesse entre o capital privado e o estado e a necessidade da estatização.

Palavras-chaves: comunicações, telefonia, território, Santa Catarina, estatização

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina. Doutor em Economia pela Unicamp.  
Email: [alcides@unescc.net](mailto:alcides@unescc.net)

## 1. Modernização e estatização das comunicações

Acompanhamos hoje com certa perplexidade a rápida modernização e obsolescência das comunicações, seja pela disponibilidade de novas plataformas de mídias interativas ou de aplicativos que disponibilizam e agilizam serviços. Esse movimento contínuo e contraditório de modernização e obsolescência ocorre nos mais diversos setores da economia e nos remete à clássica síntese de Schumpeter da “destruição criativa” (1984). O acúmulo de conhecimentos e aprendizagens do passado nos permite romper com o estabelecido e dar saltos tecnológicos. No entanto, ainda convivem velhas formas de comunicação, que a vida nos ensina e que são transmitidas por gerações, com as novas plataformas, desenvolvidas nos principais centros de pesquisa.

Se para as pessoas o importante é a comunicação, para as empresas a razão de inovar reside na busca pela valorização dos ativos da empresa (riqueza) e melhoria de sua posição no mercado (poder), numa referência a Marx (1991). A concorrência coloca as empresas em uma escolha dicotômica: inovar para se manter no mercado (riqueza + poder), ou estagnar e padecer até o momento da sua extinção. Esse dilema acossa cotidianamente as tomadas de decisão nas empresas e exige uma postura mais ousada de seus gestores e controladores na busca de linhas de crédito, produtos e serviços diferenciados e mercados longínquos. Aquelas que inovam e se posicionam no mercado partem para estratégias mais agressivas, como a centralização de capital por meio de fusões e aquisições de empresas que ficaram na obsolescência ou que ameaçavam a posição de seus concorrentes.

No mundo das comunicações, inovar não se restringe apenas a incorporar novas técnicas de produção que agilizam a transmissão de sinais, mas também estar presente nos mais diversos lugares. O maior alcance amplia os serviços prestados e, conseqüentemente, melhora os rendimentos das empresas. Historicamente, a estratégia de “ir aonde o povo está” tem resultado em empresas com maior aceitação no mercado que valoriza seus clientes. Nesta área tão importante que são as comunicações, as pessoas são vistas como clientes para as empresas, mas para o Estado são cidadãos que têm direito de acesso às informações. Portanto, há uma distância entre as empresas que buscam melhores rendimentos por meio da prestação de serviços de telecomunicações e o Estado, que defende os interesses nacionais.

A minimização dos custos e a maximização dos lucros não foram as balizas que orientam os investimentos estatais em comunicações (correios e telégrafos) nos séculos XIX e XX. A ausência de formas avançadas de organização capitalista cristalizadas em oligopólios privados obrigou o Estado brasileiro assumir a expansão das linhas postais e de telégrafos no amplo território nacional. Os déficits financeiros constantes nos balanços da Diretoria Geral dos Correios e na Repartição Geral dos Telégrafos não impediram que fossem feitos novos investimentos e ampliado o quadro de trabalhadores, pois a modernização da economia e da sociedade brasileira estava associada à chegada das correspondências e do código Morse em todos os rincões do país. Como o setor privado não assumia essa hercúlea responsabilidade deficitária, cabia ao Estado encampar os serviços. Esse foi o padrão de desenvolvimento dos países de industrialização tardia, que seguiram caminhos truncados, mas que foi responsável pela modernização conservadora do Brasil, México, Argentina, Chile e outros países latinos.

Correios e telégrafos na América Latina, em larga medida, nascem e se mantêm estatais durante os séculos XIX e XX, porém na telefonia o começo foi diferente. A ausência de oligopólios nacionais privados abriu o mercado latino às companhias multinacionais para operarem nos grandes centros urbanos e na longa distância. Ficavam reservadas para as empresas nacionais as pequenas e médias cidades e linhas regionais. Essa divisão entre empresas e áreas atendidas impedia uma integração do território nacional e travava os avanços das forças produtivas. Em momentos específicos, os governos latino-americanos de caráter mais nacional interviram nesse mercado e unificaram o sistema de telefonia por meio da criação de um oligopólio estatal com alta capacidade de investimento e inovação. Em setembro de 1946, o governo argentino de Juan Domingo Perón estatizou a telefonia argentina que era contratada principalmente pela estadunidense *International Telephone & Telegraph Company* (IT&T) e pela britânica *Unión Telefónica* (UT). Os serviços foram unificados com a criação, em 1948, da *Dirección General de Teléfonos del Estado*. No ano seguinte, em 1947, o governo mexicano de Miguel Alemán Valdés criou a *Teléfonos de México* e encampou os serviços controlados pela IT&T e a sueca *Telefonaktiebolaget L. M. Ericsson*. No Chile, a estatização ocorreu em 1971, durante o governo de Salvador Allende, com a aquisição da *Compañía de Teléfonos de Chile*, que também era controlada pela IT&T. No Brasil atuava desde os anos de 1910 a Companhia Telefônica Brasileira (CTB), uma empresa de capital

canadense, que operava nos grandes centros urbanos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Se hoje uma estatização no Brasil significa uma afronta ao mercado financeiro e despencaria o índice da Bovespa, nos anos de 1940, 1950, 1960 e 1970 encampar uma empresa privada nacional ou multinacional fazia parte do processo de industrialização e ampliação do mercado interno. Na verdade, essa foi a tônica em toda a América Latina e em outros países periféricos como a Índia, o Irã e o Egito, sob a égide do nacional-desenvolvimentismo. Em nome dos interesses nacionais, Getúlio Vargas criou a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a Petrobras; Juscelino Kubitschek a Usiminas, a Furnas Centrais Elétricas e a Rede Ferroviária Federal; e João Goulart a Eletrobras e a Docenave. Os militares, em nome da segurança nacional, durante a ditadura ampliaram de forma exponencial a presença do Estado na economia por meio da estatização de diversos setores. Nas comunicações formaram o sistema nacional de telefonia gerenciado pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), fundada em 1965, responsável pela longa distância, e a Telecomunicações Brasileiras (Telebras), fundada em 1972, que controlava as subsidiárias estaduais. Em ambas as situações – interesse e segurança nacional – havia a justificativa de ampliar a oferta de bens, serviços e crédito, os quais eram escassos no mercado brasileiro e causavam atraso no processo de modernização do país. A intervenção estatal se dava nos aspectos de estrangulamento que restringiam a industrialização, seja do ponto de vista técnico ou financeiro. Quando a empresa era encampada, o Estado assumia também os passivos, sendo que muitas vezes era obrigado recorrer ao Tesouro Nacional para saldar débitos de curto prazo.

Essa era e continua sendo uma das características dos países de industrialização tardia que não desenvolveram as formas superiores de organização capitalista fundadas no sistema de crédito de longo prazo e nos oligopólios nacionais com alta capacidade de investimento e alavancagem. Engana-se quem acha que havia resistências privadas com as desapropriações, pelo contrário, eram vistas como solução de problemas que obstruíam o mercado de funcionar melhor. A estatização ocorria após pressões do setor empresarial, que exigia do Estado uma postura mais enérgica e proativa. No caso da telefonia, alegava-se a necessidade de ampliação de linhas, melhorias dos serviços e barateamento das tarifas. A estatização era acompanhada de indenizações ou da participação (minoritária)

dos antigos proprietários no capital da nova empresa. É claro que havia reclamações de empresas consideradas subavaliadas e indenizações inferiores ao imobilizado.

A criação de oligopólios estatais no setor de infraestrutura social básica, com destaque para energia, transportes e comunicações, transformou uma oferta de serviços fragmentados e de alcance territorial limitado em um sistema nacional de economia integrado e com capacidade de atender grandes demandas urbanas, industriais e agrícolas. A fragmentação não interessava ao capital, que almejava rendimentos crescentes, independente se o bem, serviço ou crédito fosse proveniente de uma empresa estatal ou privada. Também não interessava ao Estado a fragmentação do mercado, pois acima dos interesses privados pairavam os objetivos nacionais de crescimento econômico, integração e unidade territorial. No entanto, é ledor engano pensar que as estatizações eram neutras e que não havia pactuação com o capital privado. As recentes privatizações esclarecem essa dúvida: estatiza-se para sanear as finanças e qualificar a oferta, para depois privatizar.

Segundo Rudolf Hilferding (1985), os oligopólios nacionais são formas avançadas de proteção do mercado por meio da oferta qualificada de bens e serviços sem a necessidade de fechar as fronteiras para mercadorias importadas. Para John Hobson (1985), pouco importa ao consumidor (indivíduo ou empresa) se a oferta advém da “livre concorrência” ou de oligopólios que controlam o mercado, o que lhe interessa é preço e qualidade. Numa analogia invertida do sujeito smithiano, o jantar é posto na mesa pelo Estado, monopólios e cartéis. Não existe livre concorrência na telefonia, é um mercado controlado por *global players*.

## 2. Comunicações em Santa Catarina

Ocupando 1,13% do território nacional, Santa Catarina foi assumindo esta forma desde a criação da Capitania, em 1738, por meio da colonização, anexação e disputas. Cada estágio da ampliação do seu território era associado a uma série de ações do Estado que visavam demarcar o espaço conquistado e avançar para uma próxima empreitada. O litoral, o primeiro estágio, foi definido pela fundação das vilas de São Francisco, Desterro e Laguna, colonização açoriana e a construção de fortalezas militares e da Estrada do Litoral (1738-1820: litoral-militar-açoriano). O planalto serrano foi anexado da Capitania de São Paulo em 1820, quando iniciou o segundo momento da ampliação do território em

direção ao oeste (1820-1857: planalto-tropeiro-paulista). Para segurar a presença catarinense no planalto foi aberta a Estrada de Lages, que partia de Desterro e cruzava as íngremes escarpas do sertão da terra. Por fim, o Acordo de Limites, de 1916, pôs fim a uma longa disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina – terceiro estágio – quando grande parte do Campo de Palmas foi definido como catarinense e ocupado pelas frentes pioneiras provenientes do Rio Grande do Sul (1857-1916: fronteira-pioneiro-gaúcho). Entre o planalto serrano e o meio-oeste foi aberta a Estrada de Campos Novos a Palmas, e no extremo-oeste a Colônia Militar de Chapecó (1882) e a Estrada de Missões a Palmas. Com relação aos meios de comunicação, em 1825 foi estabelecida uma linha postal entre as vilas litorâneas e a capital, Desterro. Em Lages os correios chegaram em 1839, em Campos Novos, em 1882, e finalmente em Chapecó em 1919. O mesmo movimento ocorreu com as linhas de telégrafos, quando o litoral catarinense foi beneficiado com a construção da extensa linha entre Rio de Janeiro e Porto Alegre. Inaugurada em 1867, chegou a Lages em 1896, a Campos Novos em 1903, e a Chapecó no ano de 1930.

Essa disponibilidade de transportes e comunicações circunscrita a um território definido e específico está associada à existência de fluxos comerciais, demográficos e militares que desenham as características do *sistema regional de economia*. Os sistemas regionais são parte constitutiva do sistema nacional de economia (LIST, 1986), ao qual estão subordinados e obedecem a uma hierarquia. A predominância de uma atividade econômica (agrária, mercantil, extrativista ou produtiva) especializa uma região criando unidades de negócios e instituições que se articulam com o setor líder da economia. A especialização regional promove a diversificação econômica, a integração produtiva e a articulação comercial, formando um sistema regional de economia. A infraestrutura social básica possibilita a reprodução ampliada desse sistema regional ao mesmo tempo que se moderniza com os avanços das forças produtivas que ajudou a impulsionar.

A infraestrutura social básica – que são os objetos técnicos fixos, na definição de Milton Santos (2012) – é formada por um conjunto de *camadas geoeconômicas* que se combinam e se sobrepõem em temporalidades diferentes: transportes (estradas, ferrovias, navegação), comunicações (correios, telégrafos, telefonia, web), energia, gás, água e outros (saneamento, fibra ótica, TV a cabo, internet). A presença de uma nova camada pode anular a presença de outra ou podem se combinar e obter melhor desempenho. A abertura de uma estrada possibilita o tráfego das linhas postais, a construção das linhas

do telégrafo e da telefonia e o posteamento para os fios elétricos. Ao mesmo tempo permite o aterramento do sistema de abastecimento de água e da rede de gás e fibra ótica. Cada camada geoeconômica é disponibilizada em tempos diferentes e traz consigo testemunhos de uma época determinada.

Em países em que o capitalismo se formou tardiamente, o Estado assumiu formas superiores de organização econômica. Obras públicas, empresas estatais e financiamento do setor privado via bancos de fomento público são mecanismos de intervenção do Estado para a formação do mercado interno. No Brasil, o Estado se fez e ainda se faz presente em diversas cidades e regiões por meio de ações diretas ou indiretas, construindo e definindo sistemas regionais de economia. Cada ação do Estado na construção de uma camada geoeconômica resulta em nova configuração territorial. A presença de uma estrada, uma linha postal ou uma rede de energia elétrica e de telefonia, mais do que progresso material, significa o *adensamento do Estado no território*.

Portanto, a rede de telefonia, que compõe as *camadas geoeconômicas*, forma o *sistema regional de economia e adensa o Estado no território*. Mesmo a telefonia em Santa Catarina sendo um serviço privado até 1969, a expansão das linhas se dava por meio do assentamento de postes nas margens das estradas ou das ferrovias. A integração das diversas linhas isoladas formando um sistema estadual de telefonia só foi possível com a intervenção estatal pós-1969 por meio da Companhia Catarinense de Telecomunicações (COTESC), o que nos permite afirmar que a rede de telefonia em Santa Catarina, enquanto camada geoeconômica, também foi disponibilizada pelo Estado.

A República alterou a estrutura das concessões dos serviços telefônicos, que estavam concentradas nas mãos do Ministério da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas, e, por meio de uma brecha jurídica do Decreto nº 199, de 06 de fevereiro de 1890, transferiu o direito de autorizar as concessões dos serviços telefônicos para os municípios. A partir desse momento até os anos 1930, foi concedida uma série de autorizações para capitalistas locais, em inúmeros municípios brasileiros, ofertarem serviços telefônicos para a população urbana e para estabelecer linhas interurbanas. Entre as diversas concessões aprovadas, destaca-se o Decreto nº 7.908, de 17 de março de 1910, que autorizou o funcionamento da *Interurban Telephone Company of Brazil* no país, uma empresa de capital estadunidense. Mais tarde, essa companhia foi incorporada pela *Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company*, uma empresa de capital canadense que



havia obtido autorização para operar no Brasil por meio do Decreto nº 11.500, de 23 de fevereiro de 1915. Em 1923, o nome da empresa mudou para *Brazilian Telephone Company*, também conhecida como Companhia Telefônica Brasileira (CTB), que se constitui na maior empresa privada de telefonia do país, atendendo os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Esta é uma das características de economia de industrialização tardia: a infraestrutura social básica é formada pela presença e combinação dos capitais nacional, externo e estatal. Em grande medida, os canais de financiamento eram acionados pelo Tesouro Nacional – que financiava as estatais – e os empréstimos externos – que financiavam suas filiais no Brasil. O capital nacional, cujo grau de alavancagem financeira era ainda atrofiado, caminhava em um ritmo de acumulação lento e contínuo. No caso específico da telefonia brasileira, houve a combinação de duas grandes atuações: o capital externo operando nas grandes capitais brasileiras (CTB no Sudeste), e o capital nacional atuando nas demais cidades. Entre as empresas de telefonia de propriedade nacional, havia organizações de diversos tamanhos, como a Companhia Telefônica Riograndense (CTR), que operava em quase todo o Rio Grande do Sul, e outras de pequeno porte, que atendiam pontualmente uma cidade, como a empresa de João Schneider, pequeno capitalista lagunense que, em 1915, recebeu a concessão para instalar os serviços telefônicos em Laguna (SC).

A Repartição Geral dos Telégrafos ficou responsável pela instalação das estações telefônicas com base no sistema Rysselberghe, que utilizava os fios da rede de telégrafo para a transmissão simultânea de mensagens telegráficas e telefônicas de longa distância. Em Santa Catarina, a primeira estação passou a operar em 1888, na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Até 1930, já haviam sido instaladas 49 estações distribuídas em boa parte do território estadual. Em Florianópolis foram instalados os primeiros aparelhos telefônicos nas principais repartições públicas, ligados ainda no final do século XIX. No entanto, os serviços de telefonia de atendimento ao público chegaram a Santa Catarina no ano de 1907, quando, na cidade de Joinville, a Empresa Telefônica Joinvillense, da firma Grossenbacher & Trinks, instalou uma central manual e 60 aparelhos. Florianópolis foi a segunda cidade a ser atendida pelos serviços por meio da mesma empresa, quando em 1909 instalou outra central manual e 100 aparelhos. Em seguida, a telefonia municipal chegou ao interior do estado nas cidades de São José, Blumenau, Itajaí e Gaspar, que

inauguraram os serviços em 1913, e em Laguna em 1918. A primeira linha intermunicipal foi inaugurada em 1924 ligando as cidades de Paraty (atual Itapoá), São Francisco do Sul e Joinville.

A concessionária de Florianópolis, que alterou sua razão social para Paulo Trinks & Ehlke, atuava com muitas restrições e dificuldade para atender à crescente demanda por novos aparelhos e linhas telefônicas. Uma iniciativa tomada pelo governo estadual e pela prefeitura de Florianópolis foi abrir a concessão dos serviços para outras empresas. Para tanto, foi aprovada a Lei Municipal nº 144, de 7 de junho de 1924, que outorgava o privilégio para a Companhia Tração, Luz e Força de Florianópolis oferecer os serviços de energia elétrica pública e particular na capital do estado (REPÚBLICA, 14/06/1924). Tendo como referência a Lei Estadual nº 1.001, o governador Hercílio Luz, em 8 de maio de 1924, concedeu a esta mesma companhia o direito exclusivo para instalar uma rede de telefonia em Santa Catarina (REPÚBLICA, 02/02/1927). A expectativa era de que a empresa assumisse essa grande empreitada, pois era uma companhia que nascia fazendo promessas de novos investimentos em serviços públicos na capital catarinense. O esperado não aconteceu e, em fevereiro de 1927, a pedido do governo, a Companhia Tração, Luz e Força de Florianópolis desistiu de instalar e explorar os serviços telefônicos em Santa Catarina, conforme cláusula número 66 do contrato assinado em 1924 (REPÚBLICA, 02/02/1927). O panorama geral da telefonia em Santa Catarina era o de um sistema fragmentado e de lenta expansão. Em 1926, as cidades atendidas por serviços telefônicos eram as seguintes:

- ✓ Florianópolis, pela Trinks, Elhke & Cia, com 370 aparelhos telefônicos e 200.000 metros de linha;
- ✓ Joinville, pela Grossenbacher & Cia, com 396 aparelhos e 340.000 metros de linha;
- ✓ Blumenau, pela Empresa Telefônica de Blumenau, com 166 aparelhos e 165.000 metros de linha;
- ✓ Laguna, pela firma de João Schneider, com 105 aparelhos e 50.000 metros de linha;
- ✓ São Francisco do Sul, pela firma de Alfredo Oliveira, com 60 aparelhos e 10.000 metros de linha (REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS, 1926).

Não bastavam apenas os serviços nos municípios, a necessidade urgente era a ligação entre si para formar uma rede estadual de telefonia. As companhias locais eram incapazes, do ponto de vista técnico e financeiro, de iniciar um projeto de construção de linhas de longa distância. Até 1927, havia apenas a linha entre Paraty-São Francisco do

Sul-Joinville, realizada pela Empresa São Francisco de Ligação a Joinville. A Grossenbacher & Trinks tinha desde 1908 a concessão para estender seus serviços até São Bento do Sul, e a Companhia Tração, Luz e Força de Florianópolis para abranger todo o estado. As duas maiores companhias catarinenses de telefonia, Grossenbacher & Trinks, Elhke & Cia, eram incapazes de dar um salto à frente da demanda para desentruar os serviços telefônicos no estado.

A atitude unilateral da Companhia Tração, Luz e Força de Florianópolis desagradou o governo estadual que, no mesmo ano, em 1927, tratou de buscar um novo capitalista para assumir a empreitada de construir a rede catarinense de telefonia. A solução, temporária, surgiu com a disponibilidade do empresário Juan Ganzo Fernandes para assumir as obras previstas no contrato.

### **3. Companhia Telefônica Catarinense**

O ano de 1927 foi emblemático para a história da telefonia em Santa Catarina. No dia 15 de janeiro a Companhia Tração, Luz e Força de Florianópolis desistiu do privilégio outorgado pelo governo estadual (REPÚBLICA, 02/02/1927). No dia 22 de junho, Juan Ganzo Fernandez visita o governador Adolpho Konder e expõe suas intenções de instalar em Santa Catarina uma rede de telefonia, começando pela instalação de uma estação radiotelegráfica na capital (REPÚBLICA, 23/06/1927). No dia 09 de julho, na presença do governador e de diversas autoridades locais e estaduais, Juan Ganzo inaugura a estação radiotelegráfica em Florianópolis, localizada na Praça 15 de Novembro (REPÚBLICA, 09/07/1927). Empolgado com os feitos do novo capitalista presente em solo catarinense, no dia 21 de setembro foi aprovada a Lei Estadual nº 1.578, que autorizava o executivo a conceder novo privilégio, por 35 anos, para explorar os serviços de telefonia intermunicipal em todo o território barriga verde. Porém, em consonância com o Decreto nº 199, de 6 de fevereiro de 1890, garantia às prefeituras o direito de conceder o privilégio para explorar os serviços nos municípios. As obras deveriam começar no prazo de um ano a contar da assinatura do contrato (REPÚBLICA, 08/12/1927; SANTA CATARINA, 1928). No dia 2 de dezembro, a bordo do hidroavião Ipiranga, proveniente de Porto Alegre, Juan Ganzo Fernandez chegou a Florianópolis para assinar o contrato com o governo do estado a fim de executar os planos de implantação da rede de telefonia em Santa Catarina (REPÚBLICA, 03/12/1927). No dia 19 de dezembro foram iniciadas as

obras de aterro dos postes e instalação de fios a partir de Florianópolis em direção ao norte (REPÚBLICA, 20/12/1927).

Juan Ganzo Fernandes (1872-1957) foi um empresário de origem espanhola que passou um tempo em Montevideo e se estabeleceu com negócios nos ramos elétrico e de comunicações, tendo assentado a linha telefônica entre a capital uruguaia e as cidades de Canelones e San Jose de Mayo. Em 1899 estava na fronteira com o Brasil, onde instalou a ligação internacional entre os dois países, conectando-os pelo município de Jaguarão. Em 1900 a linha chegou a Bagé, e em 1905 na cidade de Rio Grande. Estando estabelecido no Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, no ano de 1907 fundou a Companhia Telefônica Rio-Grandense (CTR), que se converteu numa grande e próspera empresa de telefonia gaúcha (LLOYD, 1913). A vinda para Santa Catarina, em 1927, está associada à venda da maioria das ações da CTR à multinacional IT&T, que lançava seus tentáculos na América do Sul. Na assembleia geral extraordinária da CTR, em 30 de julho de 1927, houve uma reforma estatutária que alterou composição da diretoria, deslocando Juan Ganzo Fernandes para o cargo de “administrador”, excluindo-o da diretoria (A FEDERAÇÃO, 02/08/1927). No Relatório da CTR de 1927, publicado em 31 de março de 1928, Walter F. Flanley assinava com diretor (A FEDERAÇÃO, 28/03/1928).

No contrato assinado com o governo estadual no dia 2 de dezembro de 1927, estava prevista a seguinte cláusula:

Cláusula 2: O concessionário compromete-se a estabelecer uma ampla rede de telefones para servir as comunicações da capital e seus municípios, bem como ligar a capital às cidades de Itajaí, Blumenau, Joinville e Laguna por meio de linhas duplas de cobre ou ferro galvanizado, estendendo o serviço ao resto do território do estado, à medida que se torne técnica e comercialmente viável, e instalar uma estação de rádio na cidade de Lages e em outros pontos onde convier ao concessionário, mediante a autorização do governo do estado (REPÚBLICA, p. 4, 08/12/1927).

O prazo previsto para iniciar as obras era de seis meses após a assinatura do contrato, e a inauguração das ligações entre Florianópolis e os demais municípios, incluindo Lages, deveria ocorrer em 30 meses. O contrato também previa a instalação, em Florianópolis, de serviços de telefonia automática e a extensão das linhas aos estados vizinhos. Ficava a cargo do governo estadual a definição dos valores das tarifas e seus reajustes. O prazo de vigência da concessão era de 35 anos a partir da conclusão das obras. Entre as obrigações previstas, a única que não foi cumprida da cláusula 2 foi a instalação de uma estação de rádio em Lages, e a cidade foi integrada na rede de telefonia somente em 1942, ou seja, 13 anos após o acordado.

Após a assinatura do contrato, Juan Ganzo Fernandes fundou a Companhia Telefônica Catarinense (CTC), empresa que ficaria encarregada de organizar e manter a rede de telefonia em Santa Catarina. Porém, os limites técnicos e financeiros da empresa frustraram os planos do governo estadual.

O contrato previa a instalação da rede nas áreas mais urbanizadas, onde se concentrava a maior demanda pelos serviços telefônicos. Priorizar Florianópolis, Laguna, Blumenau, Itajaí e Joinville era reforçar a concentração regional em torno do litoral e do Vale do Itajaí. O sistema regional de economia, pautado no complexo ervateiro do planalto norte e em Joinville, criava as condições comerciais favoráveis para a CTC rapidamente estender sua linha até Porto União. O dinamismo econômico de Blumenau e de outras cidades do Vale do Itajaí, como Brusque e Rio do Sul, fundadas na indústria têxtil e madeireira, também era promissor e justificava os investimentos. A cidade de Itajaí naturalmente se reafirmava como importante centro portuário para escoar a produção advinda do Vale, além de entreposto comercial com sede de bancos e armazém de depósitos. Laguna se colocava como o principal centro urbano e comercial do sul catarinense, e por onde escoava boa parte da produção de carvão advinda das minas de Lauro Muller, Urussanga e Criciúma.

Cada cidade selecionada para ser um centro da rede de telefonia se constituía com o “capital” dos sistemas regionais de economia. Foi justamente nessas cidades que ocorreu a abertura das primeiras estradas, foram instaladas as primeiras agências dos correios e estendidas as linhas postais, disponibilizada a linha de telégrafo e introduzida a energia elétrica. A força econômica de cada cidade atraía os adventos da modernidade e reforçava a sua condição de cidade polo. As camadas geoeconômicas sobrepostas adensavam o estado no território e reforçavam as especialidades e a diversificação do sistema regional de economia. Estradas, correios, telégrafos, telefonia e energia eram camadas que se sobrepunham e se combinavam, sendo essenciais para a reprodução ampliada do capital e da existência e convivência social. Como fonte de valorização e instrumento de integração social, no início do século XX, a telefonia se colocava como o principal serviço de comunicação e exigia modernização constante e mecanismos regulatórios para o seu disciplinamento.

Sobreposta às linhas postais e telegráficas, a telefonia surge e se desenvolve como um objeto técnico de alta complexidade e de renovação constante de seus métodos de

funcionamento. Da necessidade de solicitar ligação às centrais manuais, passando pelo telefone magneto e automático, seguindo para a transmissão digital e via satélite, a evolução tecnológica deste aparelho e serviço a cada momento exigia maior capacidade de financiamento e investimento. A aventura de pequenos capitalistas municipais foi sendo substituída por empresas de maior porte até ser assumida por oligopólios. A incapacidade de as empresas menores darem saltos à frente da demanda e modernizarem constantemente os serviços por meio da renovação contínua dos equipamentos colocava a sua credibilidade em risco, o que exigia do estado uma postura mais enérgica em prol de serviços melhores. Além da qualidade dos serviços, ao estado também interessava a unidade territorial e a integração dos sistemas regionais por meio das diversas camadas geoeconômicas. Ter controle sobre o território faz parte da razão de ser do estado.

Os 42 anos de existência da CTC foram marcados por diversas fases no seu processo de modernização. Parece que obsolescência era mais rápida que a maturação da modernização. Após a implantação de novos equipamentos, rapidamente eles se tornavam obsoletos e exigiam novos investimentos. Para entendermos esse duelo entre modernização e obsolescência basta acompanharmos a evolução da telefonia celular nos últimos dez anos. Não são necessários apenas novos aparelhos e aplicativos, deve-se também melhorar a capacidade de transmissão do sinal, alcançando o mais longe possível. Portanto, deixar áreas descobertas da telefonia implica a obsolescência de seus serviços. Vejamos a trajetória da CTC de 1927 a 1969, observando os dois movimentos simultâneos: modernização e obsolescência.

### **3.1. Modernização extensiva e contínua (1927-1943)**

No dia seguinte à assinatura do contrato em Florianópolis, Juan Ganzo Fernandes e Carlos Wendhausen se dirigiram às cidades de Joinville e Blumenau, onde entraram em contato com as empresas locais de telefonia, Grossenbacher & Trinks e Empresa Telefônica de Blumenau, no intento de adquiri-las e monopolizar os serviços nas duas cidades (O ESTADO, 14/12/1927). Somente em Blumenau obtiveram êxito, em Joinville a CTC nunca conseguiu entrar.

Dezessete dias após a assinatura do contrato entre Juan Ganzo Fernandes e o governo estadual, em 19/12/1927, foram iniciadas as obras de assentamento dos postes e linhas a partir de Florianópolis em direção a Joinville (norte) e Laguna (sul).

Numerosas turmas de operários dirigidas por profissionais vindos de Porto Alegre atacaram imediatamente vários trechos ligando os municípios de Palhoça, São José, Porto Belo, Tijucas e Itajaí a esta capital. A construção dos ramais de Campeche e de Laguna foi também iniciada (REPÚBLICA, 15/05/1928).

As obras iniciais foram executadas pela CTR, na qual Ganzo ainda atuava como diretor administrativo. Os serviços seguiram em marcha contínua com o objetivo de cumprir antecipadamente as cláusulas do contrato. A primeira linha inaugurada foi entre Florianópolis e Tijucas passando por São José, no dia 13 de maio de 1928, com uma extensão de 50 quilômetros. No mesmo dia deveria ser inaugurado o Aeroporto Adolpho Konder com uma linha telefônica até o centro da capital, mas em função da ausência do governador, ambas as inaugurações não tiveram atos oficiais (REPÚBLICA, 15/05/1928).

Em outubro de 1928 foram inauguradas as linhas de Florianópolis a Blumenau (160 km), passando pelas cidades de Itajaí e Gaspar. A partir de Tijucas a linha se estendia até Brusque (55 km). Em direção ao sul, foram conectados Imbituba e Paulo Lopes (35 km), que era um trecho da linha proveniente de Laguna. Em setembro, a CTC alcançou seu maior objetivo e integrou Joinville e Jaraguá do Sul, além de comprar a linha até São Francisco do Sul (REPÚBLICA, 20/09/1928).

Em cada cidade que a CTC chegava era instalada uma estação ou uma central, e nas cidades em que os serviços locais eram fornecidos por um capitalista local, a CTC comprava a empresa e a concessão municipal, como ocorreu em Laguna, Florianópolis e Blumenau. Por meio da Lei Municipal nº 600, de 20 de abril de 1928, a Prefeitura da capital isentou Juan Ganzo de todos os impostos e taxas nos serviços telefônicos que realizasse na cidade (REPÚBLICA, 21/04/1928). Dessa forma, abriu espaço para ele adquirir a Paulo Trinks & Ehlke.

Após um ano, desde o início das obras, a CTC já acumulava uma rede de 357 quilômetros e 479 aparelhos instalados. No ano seguinte, em 1929, foi concluída a linha sul, entre Laguna e Florianópolis (130 km) e acrescido Camboriú na linha norte, totalizando 426 quilômetros. No mesmo ano iniciaram as obras em Florianópolis para a instalação da rede subterrânea de telefones automáticos, também prevista no contrato (SANTA CATARINA, 1929). Porém, ainda faltava chegar até Lages.

O telefone automático chegou ao Brasil em 1922, quando a CTR inaugurou em Porto Alegre a primeira linha deste novo sistema que dispensava a telefonista e fazia a

ligação direta entre assinantes. Bastava discar o número do telefone da pessoa com quem se desejava falar que noutro lado da linha o aparelho seria chamado por meio de um sinal e ambos poderiam conversar de forma sigilosa. Com a experiência adquirida na instalação da telefonia automática, Juan Ganzo, com base no contrato assinado em 1927, comprometeu-se em instalar este moderno serviço em Florianópolis. As obras começaram com o aterramento da fiação, que seria toda subterrânea. Em janeiro de 1930, chegaram a Florianópolis os equipamentos importados da Bélgica, do fabricante *Bell Company*, compostos por 142 volumes, pesando 24 toneladas (O ESTADO, 10/01/1930). Os serviços foram inaugurados na capital (a quinta cidade brasileira com telefone automático) no dia 21 de setembro de 1930, em solenidade oficial com a presença do governador em exercício (Antônio Vicente Bulcão Viana) e do eleito (Fulvio Aducci), quando foram entregues 1.000 assinaturas (O ESTADO, 23/09/1930). A expectativa era de que o moderno serviço também chegasse às principais cidades catarinenses, o que veio a ocorrer ao longo das décadas de 1930 e 1940.

A segunda cidade catarinense a ter os serviços automáticos foi Joinville, inaugurados em 30 de janeiro de 1932. Em março de 1931 a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade (Empresul) adquiriu a Empresa Telefônica Joinvillense e assumiu o compromisso, perante contrato assinado com a prefeitura municipal, de instalar telefones automáticos no prazo de um ano (EMPRESA SUL BRASILEIRA DE ELETRICIDADE, 17/04/1931). A Empresul era uma subsidiária da companhia alemã AEG (*Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft*), que havia se fixado em Joinville em 1929 para fornecer energia elétrica, mas que também passou a operar na telefonia. Cumprindo o prazo acordado, no dia 31 de janeiro de 1932 foi inaugurada a rede de telefone automática na cidade. Em ato oficial, além das autoridades locais, também estava presente Juan Ganzo Fernandes. Empresul e CTC firmaram um contrato de tráfego mútuo interurbano, ou seja, os assinantes de Joinville poderiam fazer ligações para todas as cidades catarinenses atendidas pela CTC (A NOTÍCIA, 10/02/1932). Posteriormente, em 15 de abril, a CTC inaugurou a linha Joinville a São Bento do Sul, passando por Campo Alegre e Rio Negrinho, abrindo caminho para todo o planalto norte. A Empresul ampliou os serviços para as cidades de Mafra e Rio Negro (Paraná), contudo a linha que integrava era de propriedade da CTC, que tinha o privilégio concedido pelo contrato de 1927.



O serviço conjugado entre as duas empresas durou quatro anos. No dia 26 de março de 1936, a CTC publicou no jornal *A Notícia* que estaria interrompendo os serviços de atendimento da zona rural de Joinville e de todos os municípios do estado (A NOTÍCIA, 26/03/1936). Essa atitude unilateral de Juan Ganzo deixou a comunidade local perplexa. A intenção era fragilizar a Empresul e forçar a prefeitura a ceder a concessão para a CTC, que alegava também ter direito de exploração em todo o território catarinense (A NOTÍCIA, 29/03/1936). A CTC, mesmo sem autorização da prefeitura, chegou a iniciar as obras de instalação das linhas em Joinville com a abertura de valas na Rua dos Príncipes, mas teve que paralisá-las em seguida. Diante desse ato insólito e arrogante, a imprensa e as elites locais iniciaram uma batalha de desmoralização da figura de Juan Ganzo (A NOTÍCIA, 25/04/1936).

O problema se arrastou por quatro anos, isolando Joinville e Mafra da rede estadual de telefonia. Inclusive a relação de Juan Ganzo com o governo estadual foi abalada, o que levou Nereu Ramos a registrar, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, uma crítica aos serviços prestados pela CTC na capital:

Telefones: Não tem, na capital, funcionado ultimamente esses serviços, de que é concessionária a Companhia Telefônica Catarinense, com a perfeição desejada. Está sendo o respectivo contrato estudado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, para as medidas que possam sanar as irregularidades de certo tempo para cá verificadas, quer na capital, quer nas ligações intermunicipais (SANTA CATARINA, p. 211, 1936).

Foi somente com a mediação da Associação Comercial e Industrial de Joinville e do governo estadual que as duas empresas retomaram as negociações e assinaram um novo contrato em 2 de setembro de 1940 (A NOTÍCIA, 03/09/1940).

Da segunda metade dos anos de 1930 até o início da Segunda Guerra Mundial, o desgaste do conflito com a Empresul e problemas de ordem técnica e financeira reduziram o ritmo de expansão da CTC. A Companhia abandonou a ideia de atingir todo o território catarinense, como idealizava o governo estadual e estava previsto no contrato, para atender apenas os centros urbanos maiores. Porém, instalou telefones em cidades importantes, como Criciúma e Urussanga, em 1937, Rio do Sul, em 1939, e Blumenau, que foi ligada a Jaraguá do Sul via Pomedore, completando a linha norte. No início da década de 1940, a CTC tinha uma rede de 1.000 km e instalados 2.350 aparelhos telefônicos, distribuídos nas seguintes localidades:

- ✓ Linha Sul: Criciúma, Urussanga, Imbituba, Laguna, Orleans, Braço do Norte, Pedras Grandes, Tubarão e Vila Nova;

- ✓ Linha Leste: Florianópolis, Biguaçu, Palhoça, Paulo Lopes, Pinha, Santo Amaro, São José e Tijucas;
- ✓ Linha Vale do Itajaí: Itajaí, Blumenau, Pomerode, Brusque, Gaspar, Trombudo Central, Indaial, Ilhota, Lontra e Timbó;
- ✓ Linha Norte e Planalto Norte: Bananal (Guaramirim), Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Paraty (Itapoá), Rio Negrinho e São Bento (SANTA CATARINA, 1941).

Em Joinville e Mafra, a Empresul dispunha de uma linha com 132 quilômetros e fornecia 617 aparelhos. Em Porto União, os serviços eram prestados pela Empresa de Eletricidade e Telefones Alexandre Schlemm SA. No Quadro 1 podemos acompanhar os dados referentes à abertura e expansão das linhas e a formação da rede de telefonia em Santa Catarina.

Quadro 1: Expansão das linhas da Companhia Telefônica Catarinense

| Data       | Linha  |
|------------|--|
| 13/05/1928 | Florianópolis - São José - Tijucas   |
| 18/10/1928 | Florianópolis - Tijucas - Itajaí - Gaspar - Brusque - Itoupava Seca - Blumenau |
| 30/10/1928 | Paulo Lopes - Imbituba   |
| 10/12/1928 | São Francisco do Sul - Paraty (Itapoá)   |
| 26/12/1928 | Florianópolis - Jaraguá - Joinville  |
| 13/04/1929 | Florianópolis - Paulo Lopes - Laguna   |
| 08/08/1929 | Florianópolis - Camboriú   |
| 14/10/1931 | Joinville - Bananal - São Francisco do Sul                                     |
| 21/02/1932 | Florianópolis - Canasvieiras   |
| 10/03/1932 | Empresul (Joinville) – CTC   |
| 15/04/1932 | Joinville - São Bento do Sul   |
| 15/04/1932 | São Bento - Joinville (Rede CTC)   |
| 14/09/1933 | Florianópolis - Caldas da Imperatriz   |
| 18/03/1936 | Imbituba - Vila Nova - Coqueiros (Estreito)                                    |
| 10/07/1937 | Painel - Santa Ana   |
| 24/09/1937 | Florianópolis - Laguna - Criciúma - Urussanga                                  |
| 23/10/1937 | Florianópolis - Laguna - Criciúma  |
| 22/12/1938 | Urussanga - Cocal do Sul   |
| 05/08/1939 | Rio do Sul - Trombudo Central - Lontra   |
| 07/04/1940 | Blumenau - Massaranduba  |
| 09/08/1941 | Hansa - Hammonia (Indaial - Ibirama)   |
| 14/03/1942 | Lages - Rio do Sul - Blumenau - Itajaí   |
| 24/04/1943 | Florianópolis - Rio do Sul - Lages   |
| 09/09/1944 | Joinville - Pirabeiraba  |
| 01/07/1945 | Ibirama - Presidente Getúlio   |
| 1948       | Criciúma-Maracajá-Araranguá  |
| 13/09/1952 | Joinville - Garuva - Curitiba  |
| 1952       | Camboriú - Itajaí  |
| 1952       | Ibicaré - Joaçaba  |
| 1957       | Capinzal - Rede CTC  |
| 1959       | Porto União - Mafra - Curitiba   |
| 1960       | Florianópolis - Itajaí - Curitiba  |

Fonte: Jornais *República* e *O Estado*; Relatórios da Diretoria da CTC.

A meta de a CTC chegar até o planalto serrano era constantemente adiada, desrespeitando o contrato assinado em 1927. Somente em 1937 os primeiros serviços telefônicos chegaram ao planalto, quando entrou em operação a linha Paineira a Santana (atual localidade de Cruzeiro, em Urubici). Em seguida, partindo de Rio do Sul a linha chegou a Lages, em 14 de março de 1942. Finalmente, em 24 de abril de 1943, a capital foi ligada a Lages pela linha que passava por Rancho Queimado e Bocaina (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, 1942; 1943; SANTA CATARINA, 1937).

A demora em chegar até Lages talvez seja explicada pelo alto risco nos investimentos com expectativa de baixo retorno. Lages, localizada no centro do território, foi o nó que atou Santa Catarina por meio da disponibilidade das diversas camadas geoeconômicas: estradas, correios e telégrafos. No entanto, do ponto de vista econômico, até os anos de 1940, a cidade era pouco dinâmica e não atraía investidores. Cabia ao estado assumir a função de promover a integração territorial.

Com relação à instalação de telefones automáticos, após a compra da Empresa Telefônica de Blumenau, a terceira cidade que a CTC atendeu foi Blumenau, em 1936. Com a extensão da linha até Lages, em 1942, foram instalados apenas automáticos, pois não justificava colocar o antigo sistema manual via telefonista. Sendo assim, as principais cidades catarinenses – Florianópolis, Joinville, Blumenau e Lages –, antes da entrada do Brasil na Segunda Guerra, já estavam operando com telefones automáticos.

A modernização da telefonia em Santa Catarina entre 1927 e 1943, comandada pela CTC, deu-se por meio de duas grandes ações. A primeira foi a expansão contínua da linha até 1943, com ritmos diferenciados antes e após 1935. De Laguna até Joinville, de Itajaí e Florianópolis até Lages, formou-se uma rede estadual de telefonia, porém com limites, pois a chegada a Lages foi tardia e a CTC não apresentava mais planos de expansão em direção ao oeste. A segunda ação foi a instalação das centrais automáticas de telefone, que ocorreu nas cidades de Florianópolis (1930), Blumenau (1936) e Lages (1942). Competindo com a CTC, a Empresul atendia o município de Joinville, um grande e promissor mercado cobiçado por Juan Ganzo, onde também instalou automáticos (1932).

### **3.2. Obsolescência forçada e temporária (1943-1947)**

O período entre 1943 e 1947 foi marcado por instabilidades e cerceamento de fronteiras, causados pela Segunda Guerra Mundial. As restrições ao comércio internacional impactaram todas as economias, seja no fornecimento de *commodities*, ofertadas pelos países periféricos, ou de manufaturados, exportados pelos países centrais. A industrialização em marcha no Brasil desde o início dos anos de 1930 continuou seu ritmo, todavia mais restringida e tendo que necessariamente substituir produtos importados, valorizando a indústria nacional. A utilização da capacidade ociosa e a dificuldade em importar levaram a um desgaste natural de alguns setores da economia que dependiam de peças e equipamentos provenientes dos países beligerantes (CARDOSO DE MELLO, 1988; FURTADO, 1989). A telefonia foi um exemplo.

A integração de Lages com Florianópolis, inaugurada em 1943, foi o último suspiro da CTC nesse período caracterizado como modernização extensiva e contínua. As dificuldades em importar equipamentos e o desinteresse em seguir em direção ao oeste inaugurou uma fase de obsolescência da rede. Forçado pela contingência externa e temporária pelo curto período em que perdurou, esse movimento também foi intencional, pois para a CTC não interessava mais atender o oeste catarinense. Nessa região ainda persistia uma baixa densidade populacional e não havia vantagens econômicas que estimulassem a empresa a estender suas linhas até a fronteira.

Podemos acompanhar a obsolescência e as restrições externas nos Relatórios da CTC publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina. No Relatório de 1943, no tocante às operações, temos a seguinte observação:

Em virtude da falta absoluta de alguns elementos e grande carestia de outros essenciais à construção de novas linhas e estabelecimento de novas centrais, neste ano nada foi feito digno de menção a não ser a duplicação da linha a Rio Testa (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, p. 7, 1944).

No ano seguinte, 1944, o problema continuava:

Persistindo ainda a mesma falta absoluta de alguns elementos e grande carestia de outros essenciais a construções, só foi iniciada a construção da rede da localidade de Presidente Getúlio. Limitando-se a cuidar da conservação das atuais redes, linhas e centrais, mudando instalações, comutadores telefônicos e algumas centrais (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, p. 6, 1945).

Mesmo após o término da guerra, quando o comércio internacional voltava à normalidade, a CTC continuava sofrendo restrições:

Continuando ainda as mesmas dificuldades oriundas da guerra, as quais não diminuiram, não foram possíveis maiores atividades em novas construções, senão apenas a ultimação

de uma construção e assim foi entregue ao tráfego em 1º de junho de 1945, o prolongamento da linha de Ibirama a Presidente Getúlio, bem como a rede local desta localidade (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, p. 8, 1946).

A volta à normalidade no Atlântico e a estabilidade política e econômica no Brasil e em Santa Catarina não foram suficientes para que a CTC retomasse o processo de modernização da rede e das centrais telefônicas. Houve apenas a manutenção necessária realizada em algumas linhas por meio da introdução de circuito metálico e modificações em centrais municipais. O avanço se deu com o início das obras de extensão da linha até a cidade de Caçador, onde seria instalada uma central automática *Ericson* com capacidade para 250 posições. O plano era seguir em direção a Videira e integrar Curitiba a Taió (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, 1947).

Com a conclusão prevista da linha entre Videira e Caçador, somando-se aos serviços já disponíveis em Lages, a CTC lentamente avançava no território catarinense, mas ainda deixava uma grande lacuna: o oeste. A fronteira estabelecida pela companhia foi o rio do Peixe, portanto o máximo do alcance seria Joaçaba. Essa não era a intenção do governo estadual, que almejava levar os serviços telefônicos até a fronteira com a Argentina o mais rápido possível. Caso os serviços não fossem feitos pela CTC, seriam concedidos privilégios a outras empresas interessadas.

### **3.3. Modernização intensiva e limitada (1947-1961)**

O período entre 1947 e 1960, caracterizou-se pelo fim das dificuldades em importar novos equipamentos e pela retomada dos investimentos da CTC para modernizar as linhas e as centrais já instaladas, além de ampliar seus serviços até Joaçaba. A modernização, porém, é intensificada e concentrada onde a CTC já operava. Novas localidades também foram atendidas, mas, excluindo Joaçaba, estavam circunscritas à proximidade das linhas regionais.

Nos pós-guerra assistimos na economia catarinense uma diversificação e ampliação dos sistemas regionais de economia. Ocorre uma diversificação porque surgem novos setores como o de papel, papelão, pasta mecânica, no planalto serrano; cerâmico, no sul; metalomecânico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte no norte. Há uma ampliação porque os setores como o carbonífero, no sul, e o têxtil, no Vale do Itajaí, ampliaram a capacidade produtiva, e a agricultura, no oeste, começou a se

industrializar, transitando do complexo agrocomercial para o complexo agroindustrial (GOULARTI FILHO, 2002). Cada sistema regional tinha uma cidade polo que concentrava a maior parte das atividades econômicas e dos serviços urbanos: Criciúma, Blumenau, Joinville, Itajaí e Lages consolidavam-se como as capitais regionais e, no oeste, Joaçaba e Chapecó compartilhavam esta função.

Há uma relação muito estreita entre a consolidação dos sistemas regionais de economia e a necessidade de disponibilizar investimentos em infraestrutura, aumentando a oferta de serviços de energia, transportes, comunicações, água e outros. Logo, há uma simbiose entre os sistemas regionais e as camadas geoeconômicas, que se entrelaçam e se dinamizam, gerando simultaneamente novas demandas. É a reprodução ampliada do capital impulsionando novas forças produtivas e configurando o território.

Seguindo com a modernização, entre 1948 e 1960 as quatro principais linhas que entraram em operação foram a do Vale do Rio do Peixe, com a inclusão de Videira, Fraiburgo, Tangará e Caçador, além das diversas localidades em direção a Curitiba, fechando o circuito com o planalto serrano. Outra linha foi a que integrou Lages à rede, conectando-a com o Vale do Itajaí, o norte, o sul e a região da capital. Rumo ao oeste o limite foi Joaçaba, onde, em setembro de 1950, a CTC adquiriu a Empresa Telefônica de Cruzeiro do Sul e passou a monopolizar os serviços locais. Em seguida, estendeu a linha em direção ao Baixo Vale do Rio do Peixe até a cidade de Capinzal. No planalto norte, a CTC ampliou sua linha até Porto União, onde comprou, em junho de 1951, a Empresa de Eletricidade e Telefones Alexandre Schlemm SA, e Mafra, onde adquiriu a Irmãos Bley & Cia Ltda, fechando todo circuito de Joinville até Porto União e seguindo em direção a Caçador e Curitiba. Em resumo, estas foram as novas linhas:

- ✓ Linha Vale do Rio do Peixe: Videira, Tangará e Caçador
- ✓ Linha Meio-Oeste: Joaçaba a Capinzal
- ✓ Linha Planalto Serrano: Lages, São Joaquim, Ponte Alta e Curitiba
- ✓ Planalto Norte: Porto União, Mafra e Canoinhas

Muitas linhas foram estendidas dos centros urbanos maiores para cidades próximas ou pequenas localidades. No sul, a linha partiu de Criciúma até Araranguá, passando por Maracajá; no Vale do Itajaí, de Rio do Sul chegou a Laurentido e Rio do Oeste; no Vale do Rio do Peixe, de Caçador passou por Ipoméia, Rio das Antas e Pinheiro Preto. A integração das linhas intermunicipais formava grandes circuitos, e a soma de ambos formava a Rede Catarinense de Telefonia. Como exemplo, temos os circuitos:

- ✓ Joinville-Porto União-Caçador-Lages-Rio do Sul-Blumenau-Itajaí-Joinville
- ✓ Florianópolis-Lages-Rio do Sul-Brusque-Florianópolis
- ✓ Laguna-Orleans-Urussanga-Criciúma-Araranguá-Tubarão-Laguna
- ✓ Lages-Curitibanos-Caçador-Porto União-Mafra-Ponte Alta-Lages

As rápidas mudanças tecnológicas no mundo das telecomunicações exigiam da CTC alterações constantes nas linhas, nas centrais e nos aparelhos. As linhas inicialmente eram de galvanizados, mas em seguida tiveram que ser substituídas por cobre, que era mais resistente e melhorava a transmissão da voz, porém muito mais caro. Com a integração das linhas, veio o circuito direto de alta frequência (sistema *carrier*), implantado pela primeira vez em 1950 entre Florianópolis e Blumenau, Itajaí e São Francisco do Sul, e Itajaí e Rio do Sul. Em 1954, o sistema *carrier* foi implantado em todo o planalto norte. Em 1956 chegou a Joaçaba, e em seguida, em 1959, Itajaí foi ligada com Curitiba com a Companhia Telefônica Nacional.

Na integração com os estados vizinhos, a primeira ligação foi realizada em 13 de setembro de 1952 entre Joinville e Curitiba, passando por Garuva, em uma extensão total de 45 quilômetros. A CTC unia-se à rede da Companhia Telefônica Nacional (CTN), esta formada de uma fusão entre a IT&T e CTB, ocorrida em 1951, que atuava em todo o sudeste brasileiro. Em 1957, já era possível falar de Blumenau direto com Curitiba em alta frequência. Porto União, que estava ligada ao circuito do planalto norte, conectou-se à rede da CTN em 1959, estendendo sua conexão até Curitiba (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, VÁRIOS ANOS). Com certo atraso, a capital catarinense obteve os serviços de longa distância até Curitiba, passando por Itajaí e Blumenau somente em setembro de 1960, com a instalação de três novos circuitos. Estando em contato com Curitiba era possível fazer ligação com todo o estado do Paraná e São Paulo, uma vez que a CTN também tinha tráfego mútuo com a CTB (O ESTADO, 07/09/1960).

Com o Rio Grande do Sul, o projeto de integração surgiu após um encontro realizado nos dias 23 e 24 de novembro de 1956, na cidade de Torres, entre o governador gaúcho Ildo Meneghetti e o catarinense Jorge Lacerda. No encontro foram assinados protocolos de intenções que previam ações conjuntas em várias frentes (O ESTADO, 21/11/1956). Nas comunicações estavam previstas as seguintes ligações:

- ✓ Torres-Araranguá-Laguna-Florianópolis
- ✓ Vacaria-Lages
- ✓ Erechim-Marcelino Ramos-Capinzal-Joaçaba-Concordia

- ✓ Erechim-Itá-Seara-Concórdia
- ✓ Erechim-Chapecó
- ✓ Iraí-Mondaí

A conexão entre os dois estados seria feita entre a CTC e a CTR, porém no oeste, como estava previsto (Concórdia, Chapecó, Seara, Itá e Mondaí), a companhia catarinense não operava. No ano seguinte, 1957, foram realizados os primeiros testes de transmissão pelo sistema de micro-ondas entre Porto Alegre e Florianópolis. No entanto, a integração por meio de linhas entre Florianópolis e Porto Alegre via Torres-Araranguá-Laguna não foi executada pela CTC e veio a ocorrer somente com a COTESC.

Quadro 2: Instalação de centrais e telefones automáticos em Santa Catarina

| Data       | Cidade                       | Aparelhos previstos |
|------------|------------------------------|---------------------|
| 21/07/1930 | Florianópolis                | 1.000               |
| 30/01/1932 | Joinville (Empresul)         |                     |
| 1936       | Blumenau                     |                     |
| 1942       | Lages                        |                     |
| dez/46     | Caçador                      | 250                 |
| 1949       | Itajaí                       |                     |
| 1950       | Canoinhas                    | 400                 |
| 1950       | São Francisco do Sul         | 400                 |
| 1952       | Rio do Sul                   | 400                 |
| 1952       | Tangará                      | 100                 |
| mar/52     | Curitibanos                  | 50                  |
| mai/52     | Ibirama                      | 50                  |
| mai/52     | Camboriú                     | 22                  |
| jul/52     | Brusque                      | 200                 |
| jul/52     | Laguna                       | 200                 |
| 1952       | Estreito                     | 100                 |
| 1952       | Cabeçuda (Laguna)            | 22                  |
| 1953       | Mafra-Rio Negro              | 500                 |
| 1953       | Porto União-União da Vitória | 500                 |
| 1953       | Biguaçu                      |                     |
| 1957       | Capinzal                     | 100                 |
| 1959       | Tubarão                      | 500                 |
| 1960       | Araranguá                    | 100                 |
| 1960       | Guaramirim                   | 30                  |

Fonte: Jornais *O Estado* e *A Notícia*, Relatórios da Diretoria da CTC

Outro setor da telefonia que exigia investimentos, manutenção e modernização constantes eram as centrais, em razão da substituição do sistema manual pelo automático. O sistema manual continuou sendo instalado até os anos de 1940, mas quando uma nova cidade de porte médio entrava na rede não compensava mais instalar uma central manual. Posteriormente à retomada dos investimentos da CTC pós-1947, todas as principais cidades catarinenses passaram a receber posições para automáticos. No Quadro 2,



podemos acompanhar os dados de instalação dos telefones automáticos em diversas cidades catarinenses. Às vezes os equipamentos antigos eram reutilizados em comunidades menores, onde eram ofertados poucos números à população local. No entanto, na maioria dos casos, a companhia tinha que depreciar o seu capital imobilizado.

Em virtude da implantação das novas centrais automáticas com seus telefones, cabos, ferragens, etc. foram retiradas as antigas centrais manuais com todos os seus aparelhos, postes, isoladores, fios e ferragens nas seguintes cidades deste estado: Itajaí, São Francisco do Sul, Rio do Sul, Tangará e Lages. No curso do ano de 1952 serão retiradas idênticas redes das seguintes cidades: Brusque, Laguna, Porto União, União da Vitória, Curitiba, Ibirama e uma grande parte desta capital e Estreito. Todos esses velhos materiais recolhidos, e a recolher, representam vários milhões de cruzeiros, os quais terão de ser depreciados em diversos exercícios começando no exercício correspondente ao ano de 1951 (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, p. 4, 1952).

Com o avanço da telefonia de longa distância e as ligações com o Paraná e o Sudeste, novas e complexas demandas surgiam para a CTC. Em 1958, foi contratada uma empresa paulista para implantar o sistema de ondas portadoras de até 140 kc que estava previsto num plano de desenvolvimento da longa distância para ser instalado entre Florianópolis e Itajaí. Com tal modernização, a CTC imaginava “atender o aumento normal do tráfego interurbano nos próximos 20 anos” (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, p. 9, 1959). Ledo engano.

A partir de meados dos anos de 1940, a base da economia catarinense passou por mudanças significativas, com a ampliação de sua capacidade nos setores já consolidados (carvão, têxtil, madeira e alimentos) e uma diversificação produtiva, com o surgimento de novas indústrias (cerâmica, metalomecânica, papel e pasta mecânica). O período que se estende até 1962 é uma fase transitória, em que ainda predominam elementos do padrão de crescimento pré-1945 (pequena produção mercantil e atividades extrativistas), entrando em choque com o novo padrão, que emergia pautado no médio e no grande capital industrial. Nessa fase, temos em Santa Catarina, um alargamento da divisão social do trabalho e um aprofundamento das especializações regionais. Ambos os movimentos aceleravam o processo de concentração e centralização de capital e exigiam novas demandas na infraestrutura social básica, como energia, transporte e comunicações (GOULARTI FILHO, 2002).

O sistema de geração e transmissão de energia era fragmentado e incapaz de atender à crescente exigência da indústria catarinense, que estava num franco processo de crescimento e diversificação. Não havia rodovias pavimentadas de longa distância no

território catarinense, e a ligação entre as principais cidades ainda era feita por estradas de cargueiros ou macadamizadas. Os correios e os telégrafos estavam presentes na maioria das cidades catarinenses, porém as linhas telefônicas ainda eram restritas às cidades atendidas pela CTC. Ao mesmo tempo que assistíamos à ampliação e diversificação da base produtiva, tínhamos estruturas deficientes. Santa Catarina estava diante de entraves que impediam o livre desenvolvimento das forças produtivas. Sem transportes, energia e comunicações não há desenvolvimento (GOULARTI FILHO, 2002).

A ausência dos serviços telefônicos da CTC no oeste catarinense precisou ser suprida com iniciativas municipais por meio da criação de empresas. Em Chapecó, em 1954, um grupo de empresários locais criou a Telefônica Chapecó SA, que já no seu primeiro ano de atuação ofereceu 112 telefones (TELEFÔNICA CHAPECÓ, p. 6, 23/03/1955). Com objetivo de estender a linha até Xaxim, Xanxerê e Erechim (RS), em 1964 foi criada a Linhas Telefônicas do Oeste AS, que incorporou o patrimônio da Telefônica Chapecó. Em Concórdia, que também não era atendida pela CTC, foi criada em 1959 a Sociedade Anônima de Telefones Automáticos Concórdia (SATAC), que chegou a operar com tráfego mútuo com a Linhas Telefônicas do Oeste a partir de Xanxerê (SOCIEDADE ANÔNIMA DE TELEFONES AUTOMÁTICOS CONCÓRDIA, p. 13, 13/06/1961). Na fronteira com a Argentina, em Itapiranga, no dia 28 de janeiro de 1965 foi fundada a Companhia Telefônica de São Pedro Canísio, com o objetivo de atender a comunidade local e com previsão de chegar até Mondaiá (COMPANHIA TELEFÔNICA DE SÃO PEDRO CANÍSIO, p. 12, 05/05/1965). Ainda no extremo-oeste, no dia 13 de janeiro de 1968 foi criada a Companhia Telefônica de São Miguel do Oeste (COMPANHIA TELEFÔNICA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, p. 13, 25/04/1968). Em Joinville, os serviços telefônicos eram prestados pela companhia alemã Empresul, estatizada em 1943 pelo governo federal no âmbito da Segunda Guerra Mundial, e repassada ao patrimônio estadual em 1948. Com a criação da Centrais Elétricas de Santa Catarina SA (CELESC), em 1955, várias empresas locais de geração e distribuição de energia foram encampadas. A Empresul foi apenas transferida, já que era estatal. Em 31 de maio de 1968, na cidade de Joinville, foi criada a Sociedade Anônima Telecomunicações de Santa Catarina (SATESC), que integralizou todos os bens da Celesc

referentes à telefonia (SOCIEDADE ANÔNIMA TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA, p. 14, 02/07/1968).

A criação dessas empresas de telefonia, de certa forma, não atrapalhava os negócios da CTC, pelo contrário, livrava-a do “fardo” de ampliar as linhas em direção à fronteira. As reclamações da má qualidade dos serviços da CTC e a deficiência na estrutura da oferta, com poucos aparelhos à disposição diante da demanda crescente, estava debilitando a imagem e as finanças da empresa. A baixa capacidade de alavancagem financeira retardava a renovação da rede, que rebatia na queda da qualidade. O sinal de alerta soou quando em Criciúma, no dia 03 de maio de 1961, um grupo de empresários criou a Companhia Criciumense de Telefones, por meio da incorporação do patrimônio da CTC (COMPANHIA CRICIUMENSE DE TELEFONES, p. 9, 09/05/1961).

A CTC estava se tornando ineficiente e incapaz de promover a integração plena dos serviços telefônicos em Santa Catarina. Durante os anos de 1961 a 1969, os problemas (técnicos e financeiros) foram apenas se agravando. O alargamento da divisão social do trabalho e a expansão demográfica em Santa Catarina, que geraram saltos de demanda à frente da oferta, transformaram a CTC, empresa promotora da integração parcial da telefonia até os anos de 1950, em um entrave para continuar a integração plena do território catarinense. Essa barreira deveria ser transposta o quanto antes.

#### **3.4. Obsolescência irreversível e insolvência financeira (1961-1969)**

Os problemas no estrangulamento constante na oferta de novos aparelhos, a rápida obsolescência da rede e a ausência de serviços em vários pontos do país transformaram a telefonia num problema nacional de grandes dimensões. A estatização da CTB, em 1966, anunciava que o Estado brasileiro não ficaria passivo diante da ineficiência dos serviços privados prestados por companhias estrangeiras ou nacionais. O Decreto nº 50.666, de 30 de maio de 1961, criou o Conselho Nacional de Telecomunicações que, entre outras funções, deveria projetar o Sistema Nacional de Telecomunicações, ou seja, a partir deste momento, as grandes estratégias da telefonia brasileira deveriam ser pensadas com base em uma visão de conjunto do território nacional. No ano seguinte, durante o governo democrático e popular de João Goulart, foi aprovado o Código Brasileiro de

Telecomunicações, por meio da Lei nº 4.117, de 27 de agosto 1962, que, entre diversas medidas, criou o Fundo Nacional de Telecomunicações.

Durante a ditadura militar (1964-1985), a telefonia converteu-se em um serviço estratégico para a segurança nacional e de controle social. Seguindo as diretrizes do Código, em 15 de setembro de 1965, por meio da Lei nº 4.773, foi autorizada a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), uma empresa estatal que seria responsável pela telefonia de longa distância. Por fim, no bojo da ampla reforma administrativa levada a cabo pela ditadura, o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, criou o Ministério das Comunicações, que incorporou as atribuições do Conselho Nacional de Telecomunicações.

Em Santa Catarina, a institucionalização da telefonia começou no governo Celso Ramos com a criação do Conselho Estadual de Telecomunicações (CONTEL) por meio da Lei nº 3.635, de 10 de maio de 1965. Entre as suas atribuições, estava a elaboração do Plano Estadual de Telecomunicações e a integração de todos os serviços num Sistema Estadual de Telecomunicações. Em seguida, por meio da Lei nº 3.642, de 08 de junho de 1965, foi criada a Companhia Catarinense de Telecomunicações SA (CIATEL). A Ciatel tinha por finalidade implantar, melhorar e expandir comercialmente os serviços de telecomunicações no estado, ou seja, estava nascendo uma estatal catarinense de telefonia. O cerco em torno da CTC estava se fechando e o governo, tanto na esfera federal como na estadual, anunciava que iria alargar suas funções para desenvolver o serviço de telefonia no país.

No início da década de 1960 emerge outro padrão de crescimento na economia catarinense, pautado no grande capital industrial, agroindustrial e no Estado. Internamente, o movimento geral da indústria catarinense passa a ser conduzido por grandes e médias empresas nos setores de alimentos, eletro-metal-mecânico, cerâmico, têxtil-vestuário, papel e celulose, madeireiro, carbonífero, moveleiro e plástico. Começa um novo período para Santa Catarina, e o capital industrial e agroindustrial passam a ser o móvel da acumulação capitalista. São setores concentrados em regiões específicas que, num primeiro momento, aprofundaram seu grau de especialização para, em seguida, inaugurar uma fase de diversificação produtiva. Os estrangulamentos presentes na década passada foram, aos poucos, sendo removidos com investimentos estatais. Na oferta de energia, a CELESC foi realizando inúmeros investimentos e passou a cobrir todo o

território catarinense. No sistema de crédito, foram criados o Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina (BDE) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). No transporte, o Departamento de Estrada e Rodagem (DER), tornou-se uma das principais autarquias estatais, assumindo vultosos compromissos de pavimentar os principais eixos rodoviários. Na telefonia, a lacuna persistia e a intervenção do governo estadual foi um pouco tardia (GOULARTI FILHO, 2002).

Durante o período que se estende entre 1961, quando em Criciúma um grupo de empresários criou a Companhia Criciumense de Telefones (CCT) e deslocou a CTC da cidade, e 1969, quando a companhia foi encampada pela COTESC, a CTC pouco alterou sua estrutura física. Esta vinha num processo de desinvestimento desde 1966, quando surgiram os rumores de sua estatização. Não construiu novas linhas nem ampliou o número de assinantes. Em 1960, havia 9.207 assinantes, em 1968, eram 8.946, ou seja, na verdade houve uma queda no número de assinantes. Com a modernização dos serviços em Florianópolis, havia uma promessa de ampliar para 10.000 assinantes, porém, em 1967 havia apenas 2.200, muito aquém do esperado. Na Tabela 1 podemos acompanhar a evolução do número de aparelhos instalados em Santa Catarina pela CTC.

Tabela 1: Telefones instalados em Santa Catarina (1940-1968)

| Ano  | CTC   | Santa Catarina |
|------|-------|----------------|
| 1940 | 2.350 |                |
| 1941 | 2.620 |                |
| 1942 | 2.709 |                |
| 1943 | 2.849 |                |
| 1944 | 2.926 |                |
| 1945 | 3.052 |                |
| 1946 | 3.225 |                |
| 1947 | 3.399 |                |
| 1948 | 3.549 |                |
| 1952 | 4.503 |                |
| 1953 | 5.438 |                |
| 1954 | 5.872 |                |
| 1955 | 6.534 |                |
| 1956 | 7.067 |                |
| 1957 | 7.481 |                |
| 1958 | 8.455 |                |
| 1959 | 8.703 |                |
| 1960 | 9.207 |                |
| 1962 |       | 9.220          |
| 1963 |       | 9.077          |
| 1964 |       | 10.804         |
| 1965 |       | 11.746         |
| 1966 |       | 12.313         |
| 1967 | 8.946 | 13.443         |
| 1968 |       | 13.471         |

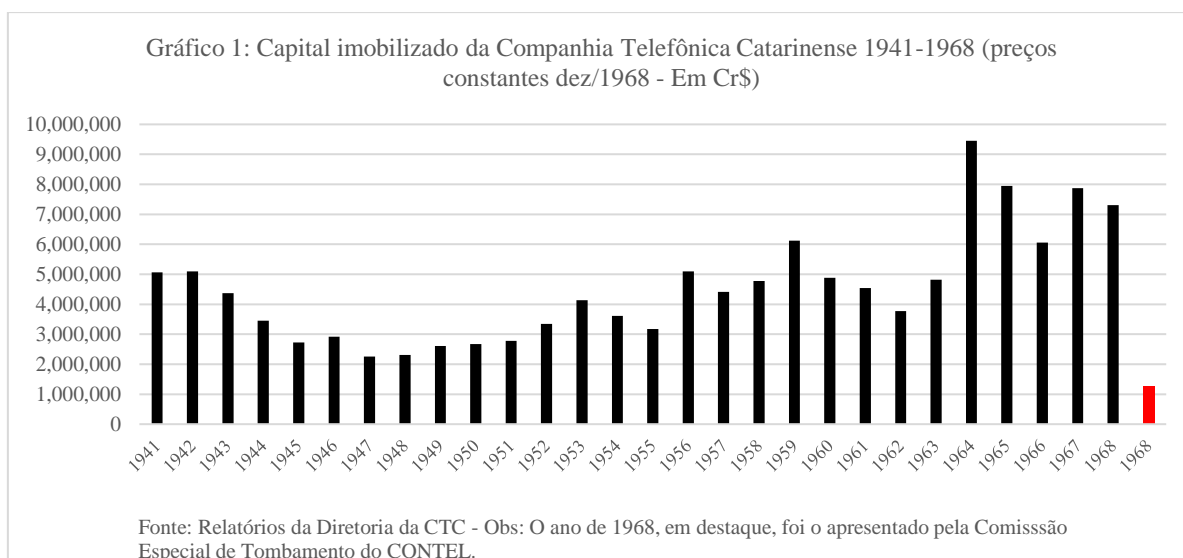
Fonte: Relatórios da Diretoria da CTC; Anuários Estatísticos do Brasil, vários anos.

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de junho de 1961, Florinda Di Mônico Ganzo (viúva de Juan Ganzo Fernandes, falecido em 1957) sugeriu que a CTC

ampliasse sua rede para regiões que ainda não explorava. Mesmo sendo aprovada pela maioria da Assembleia, a proposta não foi executada. Nessa mesma reunião, foi aprovado um empréstimo com o Consórcio de Desenvolvimento Econômico SA. (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, p. 20, 25/05/1962). No entanto poucas obras de modernização foram executadas, com exceção de Blumenau, onde foi instalada uma nova central automática com disponibilidade para 2.000 posições do tipo *Crossbar* de comandos indiretos. Porém, já estava sendo desenvolvido o sistema digital de programas armazenados, que logo tornaria obsoleto o *Crossbar*. A CTC optou por construir novas sedes para melhor atender ao público nos municípios de Itajaí, Curitibanos, Tubarão, Lages, Pomerode, Gaspar, Rio do Sul, Araranguá e Porto União (O ESTADO, 07/05/1968). A justificativa alegada pela empresa para o baixo investimento na expansão da linha era “a inflação vertiginosa”.

Quanto às ampliações da rede urbana nas várias cidades do estado, podemos asseverar que efetivamente está havendo algum atraso. Atraso, que aliás foi devido à inflação vertiginosa que ocorreu no período de execução do nosso plano, fazendo com que as nossas previsões de custos para dois anos praticamente fossem superadas em dois meses (O ESTADO, p. 3, 07/05/1968)

Observando a trajetória do capital imobilizado da CTC entre 1941 e 1969, conforme o Gráfico 1, a seguir, podemos identificar três movimentos que estão diretamente associados à modernização e obsolescência da rede. Entre 1941 e 1948, há uma queda contínua no imobilizado, que tem uma estreita relação com as dificuldades para importar e renovar os equipamentos instalados. A recuperação em seguida, com aumento paulatino no capital imobilizado, reflete a ampliação das linhas e a modernização das centrais e de toda a rede. A década de 1960 começa com grandes dificuldades financeiras e a retirada de antigas centrais manuais. Entre 1964 e 1969, houve um aumento considerado do imobilizado, mas cremos que isto se deve pela forma agregada de divulgação dos resultados da empresa, que considerou “empréstimo compulsório” e “título de renda garantida” como imobilizado. Segundo levantamento feito pela Comissão Especial de Tombamento do CONTEL, o imobilizado da CTC em dezembro de 1968 era de Cr\$ 1.273.439,36, o que revela que a empresa não fazia mais novos investimentos desde quando começaram a surgir hipóteses de sua estatização, ainda em 1966. A tentativa de melhorar o balanço financeiro e os últimos suspiros de modernização forçada não barravam o avanço do Estado brasileiro e catarinense em institucionalizarem os serviços telefônicos. A ameaça estava posta.



Com o objetivo de agilizar os serviços técnicos e financeiros, na reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 17 de janeiro de 1967 foi aprovada a criação do Departamento Técnico e do Departamento Econômico, ambos com plena autonomia. O primeiro seria responsável pela elaboração de plantas, projetos e execução das obras; o segundo pela elaboração de planejamento financeiro, administrativo e organizacional (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, 1967).

A agilidade se fazia necessária, pois após a criação do CONTEL o governo estadual iniciou uma série de obras para melhorar os serviços de telecomunicações em Santa Catarina. Em parceria como Departamento de Correios e Telégrafos, o CONTEL, em 1967 foi construída a linha *carrier* no trecho entre Blumenau e Joinville e de Blumenau a Lages, passando por Rio do Sul (SANTA CATARINA, 1967). No ano seguinte, ambas as linhas entram em operação e o CONTEL iniciou a execução das obras na linha entre Lages e Vacaria (SANTA CATARINA, 1968). Segundo Santos (1999), nesse mesmo período o governo catarinense, por meio da Secretaria do Oeste, fez levantamentos topográficos e implantou linhas telefônicas entre Chapecó, Xaxim, Xanxerê, Caxambu do Sul, Águas de Chapecó e São Carlos. Também foram realizados convênios com algumas prefeituras municipais no oeste para a construção de linhas locais e a disponibilização de aparelhos para órgãos públicos.

Em setembro de 1966 iniciaram as tratativas entre o diretor-presidente da CTC, Djalma Araújo, e o presidente do CONTEL, Coronel Danilo Klaes – um agente da repressão – para a aquisição de todo o patrimônio da empresa. Portanto, a partir desse

momento não seria mais prudente fazer novos investimentos, seja na modernização das centrais, seja na expansão da linha, isto é, a CTC estagnou.

O ano de 1968 foi crítico para a empresa, sobretudo do ponto de vista financeiro, pois apresentou um prejuízo de Cr\$ 692.864,41 (aproximadamente US\$ 205.600,00) (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, 06/05/1969). A empresa já não divulgava nos balanços publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina o resultado detalhado do exercício desde 1959, o que sugere inferir que sua situação financeira estava entrando numa rota de insolvência. Na nota de esclarecimento enviada à Assembleia Legislativa de Santa Catarina em 29 de abril de 1968, endereçada ao Deputado Estadual Pedro Ivo Campos, referente ao pronunciamento feito na tribuna da Assembleia sobre as deficiências dos serviços telefônicos, Juan Carlos Ganzo Fernandes alegava que após o governo estadual ter constituído a Comissão Especial de Tombamento para encampar a CTC (criada em 16 de março de 1967), a empresa passou a ter enormes dificuldades em obter financiamento com os bancos para cobrir seus custos, inclusive com o próprio BDE, um banco de fomento estatal, em “cujas portas”, segundo Ganzo, “a Telefônica bateu infrutiferamente em busca de auxílio” (O ESTADO, p. 3, 07/05/1968). Essa situação de insolvência afugentava os assinantes, que deixaram de cumprir os compromissos com a CTC, agravando ainda mais a crise financeira e obrigando a empresa a transferir os recursos destinados à aquisição de novos equipamentos para saldar débitos. Os seguidos aumentos de capital nas décadas de 1950 e 1960 não evitaram a marcha contínua da insolvência da companhia (Tabela 2). Segundo a diretoria da empresa, tal situação também era explicada pela defasagem nas tarifas, que não eram reajustadas de acordo com a inflação e reguladas pelo governo estadual.

Tabela 2: Trajetória do aumento de capital da CTC

| Ano  | Capital             |
|------|---------------------|
| 1938 | Cr\$ 4.000.000,00   |
| 1951 | Cr\$ 4.000.000,00   |
| 1952 | Cr\$ 10.000.000,00  |
| 1953 | Cr\$ 20.000.000,00  |
| 1955 | Cr\$ 30.000.000,00  |
| 1956 | Cr\$ 50.000.000,00  |
| 1959 | Cr\$ 100.000.000,00 |
| 1963 | Cr\$ 450.000.000,00 |
| 1967 | NCr\$ 1.330.000,00  |
| 1968 | NCr\$ 4.030.000,00  |

Fonte: Santos, 2013.



Em entrevista coletiva dada em 16 de fevereiro de 1967, o presidente do CONTEL manifestou que havia interesse do estado em adquirir a CTC, declaração que inclusive tomou de surpresa Juan Carlos Ganzo Fernandes (O ESTADO, 19/02/1967). Em seguida, em 16 de março, foi confirmada oficialmente pelo CONTEL a criação de uma Comissão Especial de Tombamento para continuar com as tratativas para a aquisição da CTC, que já haviam iniciado em setembro de 1966 (O ESTADO, 17/03/1967). É mister lembrar que no estado vizinho, em 16 de fevereiro de 1962, por meio do Decreto nº 13.186, o governador Leonel Brizola havia encampado a Companhia Telefônica Riograndense, subsidiária da IT&T, o que de certa forma ascendia a luz amarela para a CTC.

Em 1º de novembro de 1968, o Ministério das Comunicações editou a Portaria nº 1.331, que criou uma Comissão Especial coordenada pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) para analisar o problema existente entre o governo estadual e a CTC. As tarefas desta Comissão seriam:

- a) entrar em negociações com a Companhia Telefônica Catarinense para estabelecer as condições da transação de compra desejada pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- b) proceder à perícia contábil e ao tombamento dos bens da Companhia Telefônica Catarinense, visando determinar o justo valor de seu patrimônio líquido;
- c) preparar as minutas dos atos administrativos necessários à realização da transação caso se chegue a um termo satisfatório para as mesmas (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, p. 9.786, 08/11/1968)

O prazo para a conclusão dos trabalhos era de dois meses. Apesar de a CTC afirmar que foi “pega” de surpresa, o problema na estrutura da oferta dos serviços telefônicos era amplamente conhecido em Santa Catarina, e a solução encontrada pelo governo federal era a estatização. No dia 25 de janeiro de 1969, a diretoria da Companhia Telefônica Catarinense se reuniu para deliberar sobre a Portaria nº 1.331 e apresentou uma avaliação financeira do capital imobilizado que contrastava com a apresentada pela Comissão Especial. Na avaliação feita pela CTC, o capital imobilizado em 31/12/1968 somava Cr\$ 7.007.676,39; na avaliação da Comissão, era de Cr\$ 1.273.439,36 (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, 31/01/1969). Por fim, na Assembleia Geral Extraordinária em 08 de março de 1969, foi criada uma comissão de liquidante para acertar os trâmites de transferência do patrimônio para o estado de Santa Catarina (COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE, 19/05/1969).

Em seguida, o governo federal, agora sob a égide do AI-5 que escancarava a ditadura, no dia 2 de abril de 1969 editou o Decreto nº 64.301, que autorizou a

transferência dos bens e das instalações da CTC para o governo catarinense. O mesmo decreto caducou todas as concessões outorgadas à CTC e deu prazo de 120 dias para que fosse estruturada uma empresa estadual para executar os serviços telefônicos em Santa Catarina. Em resposta, no dia 17 de abril de 1969, por meio da Lei Estadual nº 4.299, o governo catarinense autorizou a constituição da Companhia Catarinense de Telecomunicações SA (COTESC), cujos objetivos eram os seguintes:

Art. 2º A Sociedade tem por finalidade principal a implantação, melhoria, expansão e exploração comercial dos serviços de telecomunicações no Estado, obedecidas as disposições legais atinentes à espécie.

Parágrafo único. A COTESC poderá, para a execução dos seus objetivos:

- a) adquirir bens, equipamentos e instalações em serviços e outras empresas em funcionamento;
- b) incorporar ao seu patrimônio empresas privadas ou de economia mista que se dediquem a atividades no setor de telecomunicações;
- c) constituir empresas subsidiárias.

No dia 03 de julho todo o patrimônio da CTC foi finalmente incorporado pela COTESC, sob a supervisão do Alcides Abreu, que havia sido indicado para presidir a nova empresa estatal (O ESTADO, 04/06/1969). A Escritura Pública de fundação da COTESC foi assinada em reunião ocorrida no dia 14 de julho de 1969, com a presença do governador Ivo Silveira (COMPANHIA CATARINENSE DE TELECOMUNICAÇÕES, 25/07/1969). Estava aberto o caminho para formar uma rede estadual de telecomunicações, promover uma modernização contínua dos serviços telefônicos e ampliar a oferta de novos números/aparelhos, chegando a todas as cidades catarinenses. Diante daquelas condições materiais, não havia outra saída: ou estatizava ou retrocedia nas comunicações.

#### **4. Considerações finais**

A estatização da CTC e a constituição da COTESC revelam o conflito de interesse entre o capital privado e o estado. No início dos anos de 1960, a CTC chegou ao limite da sua acumulação: não expandia mais suas linhas e apenas executava manutenção nas centrais. Por que a CTC não avançou em direção ao oeste e à fronteira? Simplesmente porque exigiria um alto volume de investimento com baixa expectativa de retorno, pois a região ainda carecia de infraestrutura e apresentava baixa densidade demográfica. Ademais, os

rumores da uma possível estatização, que começou com a criação, em 1965, do CONTEL e da CIATEL, retraía a CTC para se aventurar numa empreitada de alto risco.

Como a ausência e a precariedade dos serviços telefônicos estavam prejudicando os negócios das empresas catarinenses, facilmente a elite local assumiu o discurso da estatização e assistiu passivamente à encampação da CTC e o alargamento das funções da COTESC. O espírito da época, associado ao alto grau de autoritarismo promovido pela ditadura, revestiam a estatização de uma áurea otimista e necessária para o progresso econômico e social. Não restam dúvidas de que o Estado é o elemento central na condução de um projeto nacional de desenvolvimento, entretanto a estatização, em um regime autoritário, reforçará o caráter excludente do capitalismo. A promoção do desenvolvimento socioeconômico exige a participação estatal na economia, contudo somente num regime democrático teremos mais justiça social.

Ao longo do processo de industrialização e de formação do amplo mercado interno da sociedade brasileira, o Estado foi alargando suas funções e adensando-se no território. Inicialmente a presença estatal era mais intensa nos transportes. Em seguida, começou a assumir funções no sistema de geração e distribuição de energia elétrica. Nas comunicações, atuava nos correios e telégrafos, mas, com o advento da telefonia, também necessitou assumir a oferta deste novo serviço. Hoje, opera no sistema de distribuição do gás advindo da Bolívia e na implantação da rede de fibra ótica. As privatizações e concessões dos anos 1990 reduziram a participação do Estado em alguns setores da infraestrutura logística, porém não enfraqueceram sua capacidade em definir os rumos da economia e conduzir os investimentos em campos estratégicos.

#### Fontes

##### **Livros e relatórios**

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1989.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultura, 1985. (Os economistas)

HOBSON, John Atkinson. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos (1960-1970).

LIST, Georg Friedrich. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Nova Cultura, 1986. (Os economistas)

LLOYD, Reginald (Org.). *Impressões do Brasil no Século Vinte*. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company, 1913.

MARX, Karl. *O capital: crítica à economia política*. Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1991.  
SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Edusp, 2012.  
SANTOS, André Luiz. *O desenvolvimento da telefonia em Santa Catarina: das linhas às redes*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.  
SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

#### Jornais

A NOTÍCIA. *Aviso aos assinantes de telefone*. Joinville, p. 4, 10/02/1932. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.  
\_\_\_\_\_. *Editais*. Joinville, p. 1, 29/03/1936. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.  
\_\_\_\_\_. *Telefones*. Joinville, p. 1, 26/03/1936. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.  
\_\_\_\_\_. *Atitude extemporânea e precipitada*. Joinville, p. 1, 25/04/1936. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.  
\_\_\_\_\_. *Ligações telefônicas intermunicipais*. Joinville, p. 1, 03/09/1940. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.  
COMPANHIA TELEFÔNICA RIOGRANDENSE. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. In: A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, p. 7, 02/08/1927. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria*. In: A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, p. 7, 28/03/1928. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.  
COMPANHIA CATARINENSE DE TELECOMUNICAÇÕES. *Escritura pública de constituição da Companhia Catarinense de Telecomunicações – COTESC*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis, p. 10, 25/07/1969.  
COMPANHIA CRICIUMENSE DE TELEFONES. *Ata de fundação da Companhia Criciumense de Telefones*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 09/05/1961  
COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, p. 20, 25/05/1962.  
\_\_\_\_\_. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, p. 10, 20/02/1967.  
\_\_\_\_\_. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, p. 7, 31/01/1969.  
\_\_\_\_\_. *Ata da Assembleia Geral Extraordinária*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, p. 20, 19/05/1969.  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1941*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 22/04/1942  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1942*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 24/04/1943.  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1943*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 24/04/1944.  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1944*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 26/04/1945.  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1945*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 16/05/1946.  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1946*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 02/05/1947.  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1947*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 28/05/1948  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1948*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 16/05/1949.  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1949*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 26/05/1950.  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1950*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 28/05/1951.  
\_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1951*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 23/05/1952.

- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1952*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 11/05/1953.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1953*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 26/05/1954.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1954*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 10/05/1955.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1955*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 27/04/1956.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1956*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 26/04/1957.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1957*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 22/04/1958.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1958*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 14/04/1959.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1959*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 13/04/1960.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1960*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 18/04/1961.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1961*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 26/03/1962.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1962*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 18/04/1963.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1963*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 24/04/1964.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1964*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 23/04/1965.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1965*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 12/04/1966.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1966*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 23/04/1967.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1967*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 22/04/1968.
- \_\_\_\_\_. *Relatório da Diretoria do Exercício Financeiro de 1968*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 06/05/1969.
- COMPANHIA TELEFÔNICA DE SÃO MIGUEL DO OESTE. *Ata de fundação da Companhia Telefônica de São Miguel do Oeste*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 25/04/1968.
- COMPANHIA TELEFÔNICA DE SÃO PEDRO CANÍSIO. *Ata de fundação da Companhia Telefônica de São Pedro Canísio*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 05/05/1965.
- EMPRESA SUL BRASILEIRA DE ELETRICIDADE. *Relatório da Diretoria*. In: REPÚBLICA. Florianópolis, p. 3, 17/04/1931)
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *Portaria nº 1.331 de 01 de novembro de 1968*. In: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Brasília: Imprensa Nacional, p. 9.789, Seção I, parte I, 08/11/1968. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/>> Acesso em março de 2019.
- O ESTADO. *Pelo progresso de Santa Catarina*. Florianópolis, p. 1, 14/12/1927. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Companhia Telefônica Catarinense: Ata de inauguração oficial da central automática de Florianópolis em 21 de setembro de 1930*. Florianópolis, 23/09/1930. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *A central automática da Companhia Telefônica Catarinense*. Florianópolis, p. 4, 10/01/1930. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Visitar-se-ão sábado, em Tores, os governadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina*. Florianópolis, p. 1, 21/11/1956.
- \_\_\_\_\_. *Ligações telefônicas diretas*. Florianópolis, p. 2, 07/09/1960. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Notícia da encampação surpreende CTC*. Florianópolis, p. 1, 19/02/1967.
- \_\_\_\_\_. *Confirmada comissão para comprar CTC*. Florianópolis, p. 1, 17/03/1967.

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
ENTRE MODERNIZAÇÃO E OBSOLESCÊNCIA: A TRAJETÓRIA DA COMPANHIA TELEFÔNICA CATARINENSE (1927-1969)

- \_\_\_\_\_. *Companhia Telefônica Catarinense*. Florianópolis, p. 3. 07/05/1968.
- REPÚBLICA. *Atos da Secretaria da Fazenda, da Viação e Obras Públicas e da Agricultura*. Florianópolis, p. 8, 02/02/1927. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Cel. Ganzo Fernandes*. Florianópolis, p. 1, 23/06/1927. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Inauguração da estação radiotelegráfica*. Florianópolis, p. 1, 09/07/1927. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Hospedes e visitantes*. Florianópolis, p. 3, 03/12/1927. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Edital*. Florianópolis, p. 4, 08/12/1927. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Palácio do Governo*. Florianópolis, p. 1, 20/12/1927. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Governo municipal: Lei nº 660 de 20 de abril de 1928*. Florianópolis, p. 3, 21/04/1928. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Inauguração do serviço telefônico intermunicipal*. Florianópolis, p. 1, 15/05/1928. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Aquisição das redes telefônicas de Joinville e São Francisco do Sul*. Florianópolis, p. 1, 20/09/1928. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em março de 2019.
- SOCIEDADE ANÔNIMA DE TELEFONES AUTOMÁTICOS CONCÓRDIA. *Ata de fundação da Sociedade Anônima de Telefones Automáticos Concórdia*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 13/06/1961.
- TELECOMUNICAÇÕES DE SANTA CATARINA. *Ata de fundação da Telecomunicações De Santa Catarina*. In: DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: IOESC, 01/07/1968.

#### Relatórios e mensagens

- REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Relatório da Repartição Geral dos Telégrafos apresentado pelo diretor Paulo Neves de Moraes Gomide ao Ministério da Viação e Obras Públicas 1926*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1926.
- SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador Adolpho Konder*. Florianópolis, 1928.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador Adolpho Konder*. Florianópolis, 1929.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador Nereu Ramos*. Florianópolis, 1936.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador Nereu Ramos*. Florianópolis, 1937.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada ao Presidente da República pelo interventor Nereu Ramos*. Florianópolis, 1941.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador Ivo Silveira*. Florianópolis, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador Ivo Silveira*. Florianópolis, 1968.

#### Legislação

- BRASIL. *Decreto nº 199 de 06 de fevereiro de 1890*. In: Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 7.908 de 17 de março de 1910*. In: Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 11.500 de 23 de fevereiro de 1915*. In: Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 50.666 de 30 de maio de 1961*. In: Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>> Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Decreto nº 64.301 de 02 de abril de 1969*. In: Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>> Acesso em março de 2019.

- \_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967*. In: Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao> > Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 4.117 de 27 de agosto 1962*. In: Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao> > Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 4.773 de 15 de setembro de 1965*. In: Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao> > Acesso em março de 2019.
- REPÚBLICA. *Lei nº 144 de 07 de junho de 1924*. Florianópolis, p. 3, 14/06/1924. Disponível em < <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> > Acesso em março de 2019.
- RIO GRANDE DO SUL. *Decreto nº 13.186 de 16 de fevereiro de 1962*. In: Diário Oficial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 16/02/1962.
- SANTA CATARINA. *Lei Estadual nº 1.578 de 21 de setembro de 1927*. In: Coleções de leis, decretos e resoluções de 1927. Florianópolis: Tipografia Moderna, 1928.
- \_\_\_\_\_. *Lei Estadual nº 3.635 de 10 de maio de 1965*. In: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em < <http://www.alesc.sc.gov.br/legislacao> > Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Lei Estadual nº 3.642 de 08 de junho de 1965*. In: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em < <http://www.alesc.sc.gov.br/legislacao> > Acesso em março de 2019.
- \_\_\_\_\_. *Lei Estadual nº 4.299 de 17 de abril de 1969*. In: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em < <http://www.alesc.sc.gov.br/legislacao> > Acesso em março de 2019.